

Cooperativismo operário e resistência política: um estudo de caso

Dulce Simões¹

Introdução

A origem da cooperação, como movimento de transformação das condições socioeconómicas da classe operária, remete para os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, como Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier². Robert Owen (1771-1858) considerava que a mudança social seria alcançada pela cooperação, no combate ao lucro e à concorrência, com as associações cooperativas presentes em todas as áreas de actividade económica³. Karl Marx manteria algumas reservas, apesar de admitir que o movimento cooperativo podia desempenhar um importante papel na emancipação da classe operária face ao capitalismo, quando aliado à luta de classes. Nesta perspectiva, as cooperativas eram entendidas como organizações que

¹ Dulce Simões (Almada, 1957) é investigadora no Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Realiza investigação de terreno em Portugal e Espanha sobre relações fronteiriças, políticas de identidade, movimentos sociais, usos da memória, práticas da cultura e associativismo. Participa em projetos I&D internacionais e multidisciplinares. É membro fundador do Grupo de Estudios Sociales Aplicados da Universidad de Extremadura e colaboradora do CRIA/FCSH-UNL. Das publicações mais recentes assinalam-se: “Teatro de amadores em Almada: performance e espoir em tempo de Revolução”. In: *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100LUZ, 2014, p. 237-256, *Frontera y Guerra Civil de España. Dominación, resistencia y usos de la memoria*. Badajoz: Publicaciones da Diputación Provincial de Badajoz, 2013. “E o mar é tão grande: utopia e liberdade nas cantigas de José Afonso”, *A Trabe de Ouro - Publicación Galega de Pensamento Crítico*, 96, 2013, p. 45-62. “Puentes de solidaridad en la frontera hispano-portuguesa. Los refugiados de la guerra civil española en Barrancos (1936)”, *Historia y Política*, 30, 2013, p. 117-143. “A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades. Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense”. In: *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Ebook, 2013, p. 481-503.

² Correia, Sérvulo. *Cooperação, Cooperativismo e Doutrina Cooperativa*. Separata de Estudos Sociais e Corporativos, (Julho/Setembro) 1965.

³ Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

contribuíam para a consciencialização política dos trabalhadores, envolvidos na acção colectiva e no processo de transformação das relações socioeconómicas⁴.

A primeira cooperativa de consumo foi fundada em 1844, em Inglaterra, por iniciativa de 28 tecelões desempregados de Toad Lane, em Rochdale, com o objectivo de fornecer, a preços baixos, produtos de consumo aos seus associados⁵. Rochdale tornou-se num ícone das cooperativas de consumo, como objecto de crença e inspiração, considerada a fundadora do movimento cooperativo pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional⁶. Em Inglaterra existiam diversas correntes ideológicas, mas foi o socialista Charles Howarth que propôs o sistema de distribuição de lucros “que haveria de fazer triunfar a cooperativa”⁷. Para os Pioneiros de Rochdale a cooperação significava uma forma de organização económica e de acção colectiva, através da qual a sociedade capitalista podia ser substituída por uma sociedade mais justa e igualitária, representando as cooperativas um meio de transformação das formas tradicionais de troca e das relações interpessoais.

A partir de 1865 surge em França uma nova ideologia cooperativista, com Edouard de Boyve e August Fabre, a que mais tarde se juntou Charles Gide, defendendo a não introdução da luta de classes na cooperação. A neutralidade política foi “um dos pilares teóricos da doutrina da Escola de Nimes”, apresentando uma proposta de transformação do sistema económico e social sem o benefício do lucro⁸. A Cooperativa de Consumo Piedense (CCP), fundada a 4 de Março de 1893, no concelho de Almada, insere-se neste processo histórico, como *espaço social*⁹ de confronto entre grupos e ideologias, espelhando

⁴ No I Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) em Genebra, em Setembro de 1866, Marx afirmou que o grande mérito do movimento cooperativo “era mostrar, em termos práticos, que o presente sistema da subordinação do trabalho ao capital, que é despótico e aumenta a pobreza, pode ser suplantado pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais” (tradução nossa). Marx & Engels. *Collected Works*, Vol. 20, p. 190. Consultável em: <http://www.marxists.org/history/international/iwma/documents/1866/instructions.htm#05>

⁵ Fairbairn, Brett. *The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the Co-operative Principles*. Centre for the Study of Co-operatives, University of Saskatchewan, 1994, p. 1. Consultável em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/31778/1/re94fa01.pdf>

⁶ Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p.11.

⁷ *Idem*, p.15

⁸ *Ibidem*, p.18.

⁹ Para Pierre Bourdieu a noção de espaço contém o princípio relacional do mundo social, que reside na exterioridade mútua dos elementos que o compõem, onde os indivíduos e grupos existem e subsistem na sua diversidade, resultante das posições que ocupam no espaço de relações. Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 31.

a luta do movimento operário¹⁰. Durante o Estado Novo representou um espaço de aprendizagem cultural e um baluarte contra o fascismo, afirmando-se como símbolo do cooperativismo a nível local, nacional e internacional. Na memória colectiva dos associados da CCP emergia a dicotomia profissional corticeiros/arsenalistas como representação de um conflito ideológico entre anarco-sindicalistas e comunistas, no quadro das relações entre dirigentes associativos. Para compreender a persistência do discurso e a sua importância na construção de identidades de grupo, estabeleço um paralelismo entre o processo histórico do movimento operário e o associativismo, tomando como objecto empírico a CCP.

Neste artigo analiso a dinâmica organizacional e as estratégias de resistência política num tempo longo, cruzando fontes orais e documentais estruturadas em torno de dois eixos centrais: o primeiro focalizado nas relações entre grupos e indivíduos, com recurso à memória, privilegiando as práticas experienciadas e verbalizadas de trinta associados, e o segundo com recurso à bibliografia e arquivos. Desta forma pretendo questionar a importância do conflito ideológico entre grupos de associados, articulando as memórias e identidades de corticeiros e arsenalistas na construção do projecto cooperativo. Os dados empíricos são resgatados do projecto de investigação realizado no Museu da Cidade de Almada, entre Outubro de 2004 e Setembro de 2005¹¹.

“Divergências havia, basicamente políticas, uma delas notava-se muito, era corticeiros/arsenalistas”

O movimento operário do séc. XIX foi o resultado de um processo que levou dezenas de anos a organizar-se num movimento de classe. Ao longo do tempo existiram diversas correntes ideológicas que se confrontaram, num processo dinâmico de construção e reconstrução de acções e de organizações, estruturando o carácter reivindicativo dos conflitos sociais¹². O movimento cooperativo em Almada nasceu nos finais do século XIX fortemente

¹⁰ No mesmo contexto histórico ver por exemplo: Roussell, Concepción y Albóniga, Norberto. *Historia de las cooperativas de consumo vascas*. Federación de Cooperativas de Consumo de Euskadi.1994. Consultável em: http://www.ekkf-fecoe.coop/files/publicaciones/historia_coop_consumo.pdf

¹¹ Simões, Maria Dulce Dias Antunes. “Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense”, 2005, pp.229. Relatório de estágio de licenciatura com orientação científica do Professor Doutor Brian Juan O’Neill (ISCTE/IUL) e coordenação técnica da Dr.ª Ângela Luzia (Museu da Cidade de Almada). Consultável em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1259>

¹² Lefranc, George. “O Acordar do Proletariado”. Em *História do Trabalho e dos Trabalhadores*. Odivelas: Europress, 1988, pp. 235-236.

influenciado por Proudhon, sustentado numa filosofia social que preconizava o valor do trabalho, a revolução social e os princípios da economia mutualista. César Oliveira diz-nos que foram os sindicalistas revolucionários e os anarco-sindicalistas – organizados em torno dos sindicatos, das uniões de sindicatos, das federações de indústria, das cooperativas e colectividades populares – que constituíram a espinha dorsal da União Operária Nacional (UON), a primeira estrutura federativa à escala nacional das classes trabalhadoras portuguesas. Para este autor, o sindicalismo revolucionário na UON e o anarco-sindicalismo na Confederação Geral do Trabalho foram as ideologias dominantes no movimento operário até à década de 1930¹³.

No concelho de Almada, o grupo profissional dos corticeiros, vinculado a um passado histórico liderado por anarco-sindicalistas, foi progressivamente perdendo a hegemonia e a liderança do movimento operário, principalmente após o 18 de Janeiro de 1934¹⁴. Fátima Patriarca, no seu estudo sobre o “18 de Janeiro de 1934” – que opôs as organizações sindicais e sindicatos autónomos contra o estatuto do Trabalho Nacional e a instauração dos sindicatos corporativos impostos por Salazar – enfatiza as “lutas intestinas” em torno da hegemonia, opondo com “particular virulência, anarquistas e comunistas”, e acabando por “contaminar, em maior ou menor grau, socialistas e autónomos”¹⁵. Neste contexto temos o caso paradigmático de João Costa, operário corticeiro da Fábrica Bucknall (Cova da Piedade), dirigente da CCP e presidente da Associação de Classe dos Corticeiros de Almada até 1933, anarquista convicto que foi responsável pela “preparação da greve no meio corticeiro”¹⁶.

O envolvimento político de João Costa na greve geral de 18 de Janeiro de 1934 conduziu a família a um exílio forçado de dois anos no Barreiro, assim como à prisão e ao degredo de grande parte dos militantes, provocando uma grave ruptura geracional nos quadros dirigentes. A partir do 18 de Janeiro de 1934 o movimento anarco-sindicalista foi incapaz de sobreviver às consequências da repressão e, como afirmou Fátima Patriarca, “o sindicalismo livre e de esquerda perdia num ápice os seus elementos mais velhos e experientes, mas também os seus herdeiros, deixando em grande medida o

¹³ Oliveira, César. *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa, 1975.

¹⁴ Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

¹⁵ Patriarca, Fátima. *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000, p. 489.

¹⁶ *Idem*, p.394.

terreno aberto para que os sindicatos corporativos pudessem instalar-se”¹⁷. Neste terreno inicia-se a reorganização do movimento operário liderado pelo Partido Comunista Português, estabelecendo no I Congresso as linhas estratégias de acção política:

Todas as organizações do P. [partido] regionais, locais e de zona, devem dar uma atenção muito especial à actividade nas organizações de massas, quer recrutando para o P. sócios dessas organizações, quer enviando para elas membros do P. (...). As formas ilegais de organização devem ser inteligentemente associadas às formas legais. As organizações partidárias nas organizações de massas devem ter sobretudo em vista o desencadeamento de acções legais. A conquista da Direcção das organizações de massas é particularmente importante¹⁸

As cooperativas operárias e as coletividades recreativas transformaram-se em espaços privilegiados de organização e consciencialização política do Partido Comunista Português. Victor Costa¹⁹, dirigente associativo da CCP (1966-1970), filho de João Costa, ainda recorda as lutas internas entre anarco-sindicalistas e comunistas pela hegemonia na direcção da CCP:

Na primeira parte da cooperativa aparecem os corticeiros, depois aparece o Arsenal, depois era uma certa (divergência) entre corticeiros e arsenalistas. Outra organização conseguiu unir corticeiros e arsenalistas (o Partido Comunista Português). O meu pai era anarco-sindicalista. Mas depois o meu pai mudou, e passados alguns anos passaram a ser comunistas também.

Nessa altura era anarco-sindicalistas e anarquistas, aqui na Piedade havia muita rapaziada dessa, e já havia o Partido Comunista. A gente nunca teve uma relação boa com o Partido Comunista, alguma vez a gente podia concordar com uma ditadura do proletariado, isso é um absurdo, as ditaduras nunca são do proletariado, as ditaduras são sempre contra o proletariado (Manuel Galhós)²⁰.

Os elementos anarco-sindicalistas tinham uma teoria muito diferente da nossa, ora dentro da cooperativa era tudo igual, eram comunistas, eram anarquistas e cada um procurava fazer o melhor, eles impunham a parte deles e nós impúnhamos a nossa. A corrente do PCP dum lado era maior, e a

¹⁷ *Ibidem*, p.490.

¹⁸ I Congresso do Partido Comunista Português – Resoluções, 1943.

¹⁹ Victor Costa (Cova da Piedade, 1926), escriturário e industrial. Filiou-se na Cooperativa em 1955 iniciando a sua colaboração na Comissão Cultural. Em 1959 foi 2º Secretário da Direcção e em 1960 vogal da Direcção. Em 1961 fará parte da Comissão dos Serviços Médico Sociais. Em 1965 desempenhou as funções de Tesoureiro, em 1966 foi Presidente do Conselho Fiscal, e em 1968 foi eleito Presidente da Direcção.

²⁰ Manuel Galhós (Cova da Piedade, 1918-2010) foi operário corticeiro e anarco-sindicalista. Desde jovem que colaborava como voluntário na CCP. Em 1943 participou na greve dos corticeiros. Com o encerramento da Fábrica Bucknall (1951) emigrou para França, regressando após o 25 de Abril.

corrente anarquista do outro lado, embora tivesse bastantes elementos dentro da cooperativa, mas não se manifestavam porque não lutavam (José da Costa)²¹.

A recusa da acção política pelos anarquistas era interpretada como desinteresse pela “coisa pública”, como incapacidade de modificar o curso da sociedade ou, como recusa em assumir responsabilidades políticas perante decisões que deviam ser tomadas. Para os anarquistas o princípio metodológico de adequação dos meios com vista a um fim conduzia a três princípios metódicos: recusa da política, acção direta e auto-organização do movimento social. Para os comunistas a revolução social representava uma das acções do processo de luta, visando a ruptura da ordem dominante, a alteração da hegemonia do poder das elites e a confrontação entre classes sociais. Como escreveu Lenine: “a burguesia só pode ser derrubada se o proletariado se transformar em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar, sob um novo regime económico, todas as massas laboriosas e exploradas”²².

A dicotomia entre anarquistas e comunistas, presente no discurso dos sócios da CCP, remete-nos para a luta política no seio do movimento operário, confrontando ideologias e estratégias de acção protagonizadas pela classe dos corticeiros e dos arsenalistas. A Cooperativa Piedense foi a cooperativa de consumo do concelho de Almada que reuniu um maior número de associados com a profissão de corticeiro²³. Os corticeiros são igualmente referenciados como seus fundadores, embora se destaquem artesãos de tanoaria, assim como trabalhadores de outros ofícios²⁴. São também corticeiros os fundadores e animadores de algumas das mais significativas associações de cultura e recreio do concelho²⁵.

A identidade de classe dos operários corticeiros refletiu-se profundamente na dinâmica organizacional da cooperativa até finais da década de 1940,

²¹ José da Costa (Arganil, 1923) operário corticeiro e comerciante. Em 1937 iniciou a colaboração na CCP. Em 1943 participa na organização da greve de 1943 na Fábrica Bucknall. Em 1949 integra a 1ª Comissão Cultural, e em 1951 com o encerramento da fábrica, emigra para o Brasil, regressando após o 25 de Abril. Em 1980 foi tesoureiro da CCP.

²² Lenine. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Distribuição Dinalivro, s/d, p. 30.

²³ Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

²⁴ Ramos, António Alberto. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Edição da Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

²⁵ Abreu, Carlos & Branco, Francisco. *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 1987.

direcionada para a sobrevivência económica das famílias, como atestam os primeiros estatutos: “Esta sociedade tem por fim fornecer aos sócios os géneros de primeira necessidade e de consumo ordinário, de boa qualidade, peso exato e preço módico, facilitando economias e sua capitalização”²⁶. O trabalho voluntário como prática comunitária, o fornecimento de bens a crédito, e principalmente o retorno dos lucros foram iniciativas fundamentais à sobrevivência das famílias operárias. Em 1921 destaca-se o combate ao analfabetismo, com uma proposta para a criação de uma escola para os filhos dos associados que nunca se veio a concretizar. Em 1931, a proposta da secção de cortiça para minimizar as sucessivas crises de desemprego que ameaçavam a maioria dos associados também não se concretizou, por conflito de interesses entre operários e pequenos industriais corticeiros.

Num trabalho de investigação sobre a construção identitária do grupo profissional dos corticeiros, realizado no âmbito de um projecto colectivo sobre memórias e identidades profissionais, promovido pelo Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Ângela Luzia identifica os principais factores de construção identitária, assim como a sua permanência no imaginário colectivo, como elemento fundador da própria identidade local. A construção da identidade de classe resultaria de factores espaciais, devido “à concentração geográfica de grandes fábricas, a que se associaram uma rede de pequenos fabricos”, criando grandes concentrações de operários corticeiros, que constituíram durante décadas “a maior família operária no terreno estudado”²⁷. Outro dos factores de construção identitária assentava no conhecimento por parte do grupo profissional de todo o processo organizacional e produtivo, permitindo o controlo sobre os seus próprios ritmos de trabalho. Este aparente domínio operacional permitia a construção de uma “coesão entre iguais”, manifestada através de estratégias de entreaajuda, consolidando uma rede de solidariedade. Ângela Luzia concluiu que “para a construção identitária são mais importantes as relações sociais e as representações colectivas em torno da actividade produtiva, do que os procedimentos técnicos e os fatores de inovação”²⁸. Fentress & Wickham dizem-nos que a força de uma memória colectiva, num dado grupo operário, resulta do modo como interatuam diversas

²⁶ Estatutos da Sociedade Cooperativa Piedense, Cap. I, Art.2º, 27/3/1893, Arquivo Histórico da CCP.

²⁷ Luzia, Ângela. “Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira”. Comunicação no Encontro Internacional sobre Indústria Corticeira, Seixal. Almada: Museu da Cidade, 2000, p. 9.

²⁸ *Idem*, p.10.

variáveis, nomeadamente a força da identidade do grupo face aos patrões, ou ao mundo exterior, a estabilidade profissional e habitacional do grupo e a confiança que os seus membros depositam uns nos outros, assim como o papel que a comemoração do passado ocupa na construção da identidade. Estas variáveis relacionam-se com o discurso local e hegemónico, mas também com a forma como o grupo construiu uma versão própria do passado²⁹.

A alteração da conjuntura económica ao longo do processo histórico conduziu ao desaparecimento da indústria corticeira no concelho de Almada e simultaneamente ao surgimento de outras indústrias, como a construção e reparação naval no Arsenal do Alfeite a partir de 1939, e os estaleiros da Lisnave a partir de 1967³⁰. Nos novos espaços industriais construíram-se identidades diferenciadas, geradoras de subculturas operárias, vinculadas ao grupo profissional e ao movimento operário liderado pelo Partido Comunista Português. Como afirma Wieviorka, o movimento operário, da sua emergência ao seu declínio, nunca se reduziu ao simples confronto entre exploradores e explorados; “assentou também em identidades preexistentes, que davam origem a subculturas próprias que se construíam no exterior do trabalho – no *habitat*, ou na vida quotidiana”³¹.

A instalação do Arsenal do Alfeite e da Base Naval do Alfeite contribuíram para um desenvolvimento significativo do concelho de Almada na década de 1940. A presença de cerca de 4000 trabalhadores a prestar serviço nas duas instituições criou uma situação complicada, por residirem em Lisboa e não haver capacidade de fretamento para um transporte direto para a capital³². Perante a impossibilidade de construção de uma rede de transportes capaz de responder às necessidades destes trabalhadores, surgiu no relatório anual do Arsenal de 1940 uma proposta, alertando para a necessidade de construção de bairros económicos na Margem Sul, para fixar as famílias junto do local de trabalho. Desta necessidade de fixação e controlo dos operários arsenalistas nasceu o Bairro Económico da Cova da Piedade, inaugurado em 1952, destinado prioritariamente a sargentos e cabos da Armada e a membros dos sindicatos nacionais e outros organismos corporativos. Posteriormente foram contemplados funcionários administrativos e operários do Arsenal. As

²⁹ Fentress, James & Wickham, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994, p. 155.

³⁰ Ver em Flores, Alexandre & Policarpo António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro, 1998.

³¹ Wieviorka, Michel. *A Diferença*. Lisboa: Fenda, 2002, p. 52.

³² Rodrigues, Jorge de Sousa. “Infraestruturas e Urbanização da Margem Sul: Almada, séculos XIX e XX”. *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, p. 552.

condições de habitabilidade destes trabalhadores contrastavam com as da população operária corticeira, que vivia em núcleos habitacionais desprovidos de água canalizada e saneamento básico, em aglomerados que não tinham sistemas de esgotos³³. Os baixos salários e o desemprego marginalizaram as famílias corticeiras do acesso a uma habitação condigna, contribuindo para a dicotomia entre grupos profissionais, como atestam as palavras de Manuel Galhós:

Depois veio aquela gente do Arsenal, e então estava-se a acabar aqui este bairro, e quase todos foram para lá. Eu quis ir, mas não ganhava o suficiente para ir para o bairro. (...) Quando o Arsenal passou aqui para o Alfeite, aquela gente entrou toda para a Cooperativa, depois era gente que nunca teve uma crise de trabalho. Os corticeiros estavam muitas vezes em crise, as fábricas ou tinham dias de trabalho reduzidos ou fechavam.

Para os operários corticeiros a construção da diferença acentua a precariedade económica e as condições de vida do grupo profissional, face à estabilidade dos arsenalistas no sector público, acrescida das subculturas de grupos e das divergências ideológicas. Para os operários arsenalistas a construção identitária sustentava-se num grupo profissional hegemónico, aliado a um passado histórico revolucionário³⁴. Todavia, o conflito e a dinâmica social entre os grupos profissionais foram determinantes para o desenvolvimento da Cooperativa de Consumo Piedense, como campo experimental do projecto cooperativo e de estratégias de resistência ao Estado Novo.

³³ *Idem*, p. 554.

³⁴ A história do Arsenal do Alfeite “confunde-se com a história do movimento operário e sindical português e cruza-se com a própria formação do Partido. É indissociável da vida e contributo de um dos seus operários, Bento Gonçalves, dirigente sindical e secretário-geral do PCP entre 21 de Abril de 1929 e 11 de Setembro de 1942, data em que foi assassinado pela ditadura fascista, seis anos após a sua prisão, no campo de concentração do Tarrafal. (...) A expressão «arsenalista», que os operários utilizam, é como que um adjetivo ideológico que se foi fortalecendo ao longo de décadas de luta na empresa. Numa entrevista sobre o 70.º aniversário do Arsenal do Alfeite, onde se perguntava o que é ser «arsenalista», um operário reformado respondeu: «É pertencer a uma família. Nunca se deixa de ser arsenalista». Um actual operário, na sua oficina, afirmou por sua vez: «Ser arsenalista é não faltar a uma luta. Quando temos greve, é para aderir»”. Excerto de artigo da revista *O Militante*, N.º 304 - Jan/Fev. 2010. Consultável em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/304/Lutas/375/>

Ver ainda: Bonifácio, M. Fátima. “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”, *Análise Social*. Vol.1. XVII (65), 1981, 1.º, 29-65 e Flores, Alexandre & Policarpo, António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro. 1998.

3. “Esta cooperativa chegou a ser considerada a maior da Península Ibérica”

O ensino e o direito à cultura foram sempre um ideal dos dirigentes da CCP desde a sua fundação, apenas concretizado em 1949 com a inauguração da biblioteca. A primeira Comissão Cultural foi inicialmente composta por ambos os géneros, mas perderá os seus elementos femininos por motivos profissionais. As operárias corticeiras auferiam salários baixos e nunca recusavam a oportunidade de fazer horas extraordinárias, a sobrevivência económica impunha-se à cooperação em actividades culturais, condicionando a sua participação³⁵. A criação das bibliotecas no concelho de Almada, em associações, cooperativas e colectividades de recreio, inseriu-se na estratégia política do Partido Comunista Português, com a missão de divulgar uma cultura democrática. O acesso a obras literárias proibidas pela censura e a discursos proferidos por escritores e intelectuais oposicionistas ao regime preservaram a biblioteca da CCP na memória colectiva dos associados, como espaço de aprendizagem e de acção política. Como recordaram alguns sócios colaboradores:

Era um voluntarismo orientado, naquela altura a gente não se apercebia bem, fazíamos as coisas, era preciso comprar livros, ir buscar livros do escritor tal. Mas não nos apercebíamos que por detrás havia alguém que insinuava, que recomendava. (...) Esse alguém, a gente não via quem era, mas sabíamos quem era. A Direcção local do Partido Comunista sugeria muitas coisas dessas (Raul Cordeiro)³⁶.

Toda a gente sabia que era o PCP que estava dentro da Cooperativa porque era o PCP que lutava para criar imagem daquilo que fazia. Trabalhava-se apenas num interesse, a elevação da coletividade, ora ao estarmos a elevar a coletividade estávamos a elevar o trabalho do PCP dentro da Cooperativa (José da Costa).

A partir da década de 1950 assiste-se a um crescimento do número de associados, operários e funcionários do Arsenal do Alfeite, que passam a

³⁵ A participação das mulheres nas Comissões Culturais da Cooperativa está documentada até ao início da década de 1970. Fonte: Livros de Atas da Comissão Cultural. Arquivo Histórico da CCP.

³⁶ Raul Cordeiro (Idanha-a-Nova, 1926) foi funcionário da CCP e escriturário de profissão. Na década de 1940 colaborou na Secção Cultural da SFUAP. Em 1957 foi 1º Secretário da Assembleia-geral da CCP e Presidente da assembleia-geral em 1958. O trabalho desenvolvido nas colectividades, a participação na campanha do general Humberto Delgado e a filiação no Partido Comunista condenou-o a cinco anos e meio de prisão no Aljube, em Caxias, em Peniche e no Porto. Em 1967 e 1968 retoma a actividade associativa como 1º Secretário da Direcção da CCP, e em 1969 como Relator do Conselho Fiscal.

integrar os órgãos sociais da CCP. Em 1954 iniciaram um projecto de ensino com cursos profissionais de dactilografia, estenografia, caligrafia, desenho e português. Em 1955 implementaram os Serviços Médicos e de Enfermagem, assim como a criação de subsídios de doença, de invalidez e de funeral, beneficiando centenas de famílias sem assistência social. Em 1956, com a aquisição da quinta da Argena (Corroios), criam um projecto inovador, articulando a função de cooperativa de consumo à cooperativa de produção agrícola, com a instalação de um aviário e de uma vacaria. As iniciativas das Comissões Culturais refletiam-se em diversas áreas; desde a publicação de boletins cooperativos e culturais, sessões de cinema documental, organização de colóquios e conferências, permanentemente vigiadas pela PIDE.

O processo da CCP no arquivo da PIDE/DGS, composto por 143 documentos arquivados entre 1956 e 1971, comprova a vigilância aos associados, dirigentes e colaboradores, apesar de as actividades culturais serem toleradas pelo regime, quando inseridas em contextos comemorativos.³⁷ Dois períodos de prisões políticas marcaram a memória colectiva dos sócios: o primeiro em 1958, após as eleições de Humberto Delgado, e o segundo em 1967, com o desmantelamento da rede do partido na Margem Sul até ao Algarve. Fernando Rosas considera que no rescaldo da campanha eleitoral de Humberto Delgado existiram cinco tipos de fenómenos que o salazarismo teve de enfrentar:

A internacionalização do impacto da luta contra o regime, a explosão da crise político-militar nas colónias e seus efeitos diplomáticos, a tentativa de golpe militar palaciano, a que se junta o acender de um revolucionarismo militar com reflexos civis, e como pano de fundo, a agitação de massas a que o PCP não era alheio³⁸.

A vigilância e repressão política, transversal à sociedade portuguesa, não obstruíram as actividades das Comissões Culturais da Cooperativa nem esmoreceram a luta dos elementos afectos ao partido, que procuram minimizar as dificuldades das famílias dos presos políticos.³⁹ Nem todas as iniciativas de

³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PIDE/DGS: CI (1), Processo 5.191 (Associativismo) CX 1305, Pasta 1, Sociedade Cooperativa Piedense.

³⁸ Fernando Rosas cit. em Godinho, Paula. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 161.

³⁹ Excerto da Informação nº 87/70, de 25 de Maio de 1970, enviada pelo Chefe do Posto da PIDE de Setúbal à Secção Central de Lisboa: “Pelo nosso colaborador Manuel Antunes, fui informado de que os conhecidos elementos desafetos João Alberto Raimundo, Marcos Manuel Rolo Antunes, Vladimiro Marques Guinote, José Gil Alves e José Lavaredas Zagalo e Melo organizaram uma coleta de fundos, com vista a subsidiar a família do Gilberto Henrique Rita da

apoio às famílias foram levadas à prática, mas evidenciam o compromisso dos dirigentes associativos⁴⁰.

A década de 1960 assinala a fase de maior crescimento económico, cultural e humano da CCP, pela modernização dos serviços e pela dinamização cultural⁴¹. Em 1962 foram adquiridos terrenos e edifícios anexos à sede, remodelaram-se serviços já existentes e criou-se o primeiro supermercado do concelho de Almada. Para tal, foram determinantes as trocas de conhecimentos e de experiências com representantes de outras organizações cooperativas, nomeadamente com técnicos suecos⁴². Na época existiam algumas dúvidas por parte dos suecos em relação ao carácter popular do movimento cooperativo português, devido ao regime fascista, mas na sua visita a Portugal e à CCP o presidente da Kooperativa Förbundet (John Walter Ames) veio comprovar que o movimento cooperativo representava uma actividade social economicamente independente e de oposição ao Estado Novo. No âmbito das relações internacionais destacam-se as ligações à cooperativa Los Cooperadores de Echevarria, de Bilbao, e a existência de uma rede de cooperação que encontrava na Suécia o apoio técnico e político.

A partir dos finais da década de 1960 emergiram “novos movimentos sociais” que não se enquadravam no conflito de classes focalizado no movimento operário e sindical. O protesto passou a ser entendido como uma acção colectiva envolvendo a luta pelas ideias e identidades, “num emaranhado

Silva, o qual como aqueles, pertencia à Sociedade Cooperativa Piedense”. Arquivo Nacional Torre do Tombo. PIDE/DGS. Proc. 5191 CI (1), pasta 1, NT-1305.

⁴⁰ Proposta do sócio André Santos, registada na Ata da 1ª Reunião da Comissão para o estudo do Fundo de Assistência (1959), contempla um subsídio de 500\$00 mensais em artigos de consumo destinado às famílias de sócios presos. Atas da Comissão para o Estudo do Fundo de Assistência, Lote nº 201, 1959-1960. Arquivo Histórico da CCP.

⁴¹ “Em 1965 a Cooperativa de Consumo Piedense inaugura a sua filial de Corroios a 19 de Setembro e a filial do Feijó a 5 de Dezembro. Em princípios de 1966, é comprado por 1.000 contos o prédio contínuo à Sede completando-se o conjunto imobiliário da área dos edifícios sede, que passa a cobrir todo o quarteirão em que se situa” (Ramos, 1994:61). A partir do somatório dos valores apresentados por António Ramos, no quadro de novos associados, concluímos que na década de 1960 o número de adesões ascendeu aos 507 sócios, superando a década de 1950, que tinha registado 457 novos sócios; posteriormente, na década de 1970 verificou-se a adesão de 252 sócios, e na década de 1980, de 401 sócios. Ramos, António Alberto C. P. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Edição da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1994, p. 71.

⁴² KF, Kooperativa Förbundet, Swedish Co-operative Union foi fundada em 1899. *Boletim Interno da Cooperativa Piedense*, Ano I, nºs 10-11, Outubro/Novembro, 1965, Arquivo Histórico da CCP.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. 186

entre a cultura das políticas e as políticas da cultura na mobilização”⁴³. Na Cooperativa aumentava a vigilância da PIDE sobre as iniciativas culturais e as perseguições a sócios conotados com o PCP, agudizando a crise relacional entre dirigentes. A acção de simpatizantes e militantes do partido nos órgãos sociais da cooperativa, desenvolvendo actividades clandestinas contra o regime, originou situações conflituosas. A década de 1970 é marcada pela crise económica internacional e pelo surgimento de cadeias de supermercados a nível local, exigindo medidas de contenção por parte dos dirigentes, como a redução do retorno e do crédito que foram particularmente impopulares entre os sócios. A crise acentua o conflito entre grupos, numa luta política que opunha os defensores da Escola de Nimes (conotados como anarquistas), aos defensores de Robert Owen (conotados como comunistas). Dos confrontos nasce um movimento de reacção às actividades culturais que possam comprometer o futuro da cooperativa, deliberando-se a suspensão e expulsão de associados de ambos os grupos. O conflito deve ser entendido como um fenómeno de dinâmica social, necessário à continuidade dos grupos e da Cooperativa, como assinalou o sócio José Vidal⁴⁴:

Havia lutas internas na Cooperativa, eu creio que eram tendências políticas diferentes, embora fossem todos de esquerda, acredito que sim, mas as tendências políticas eram diferentes. Havia a luta do Partido Comunista que naquela altura vivia na clandestinidade e que muito fez. (...) Era uma luta política, mas por outro lado aquilo dava vida, porque a Cooperativa Piedense sem aquelas lutas apagava-se, penso que aquilo era um sintoma de vida, as pessoas lutavam, eu penso que era saudável.

Após o 25 de Abril de 1974 os dirigentes associativos representaram a nova classe política e ocuparam cargos na administração local, consolidando uma rede vinculada a um passado de resistência ao fascismo. A luta pela democracia participativa travava-se nas ruas, nos sindicatos, nas autarquias, em novas associações, e as cooperativas e coletividades, outrora baluartes do movimento operário, perdiam relevância política. Como argumentava Alain Touraine, com a passagem para uma sociedade pós industrial os conflitos capitais e outros desníveis tornam-se mais salientes e geram novas identidades,

⁴³ Fox, Richard & Starn, Orin. “Introduction”. In Richard Fox & Orin Starn (org.) *Between Resistance and Revolution - Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press, 1997, p.3.

⁴⁴ José Vidal (Stº Antoni de Calonge – Catalunha, 1927), refugiado da guerra civil de Espanha, fixou-se na Cova da Piedade em 1942. Foi escriturário na fábrica de cortiça Cabruja & Cabruja Lda, e funcionário na tesouraria da CCP. Em 1956 filiou-se na Cooperativa, e em 1969 foi 1º Secretário da Assembleia-geral.

o exercício do poder é menor no mundo do trabalho e maior na “criação de modos de vida, tipos de comportamento e necessidades”⁴⁵. Wieviorka assinalava que o aumento das desigualdades, a precarização, a desestruturação da relação salarial, o desemprego, “mas também a tomada de consciência dos estragos do progresso inflectiram em profundidade o surto das identidades culturais”⁴⁶. O “surto das identidades culturais” é fundamentado por Manuel Castells como proveniente da existência de múltiplos campos de conflitualidade, para além das lutas económicas e sociais, como conflitos sobre a produção de significado, sobre identidade e sobre cultura⁴⁷. A sobrevivência da CCP foi assegurada por delegados do partido, que não souberam integrar e mobilizar as novas gerações. Sven Ake Book dizia que o futuro do movimento cooperativo dependia inevitavelmente da integração de jovens, alertando “que convidar jovens a aderir a estruturas bem preparadas, e dizer-lhes que nada é possível para lá do *status quo*, apenas os deixará empenhados fora do mundo cooperativo”⁴⁸. A partir da década de 1980, a estratégia global do movimento cooperativo tornou prioritária a eficiência económica, obliterando o significado e a identidade cultural das cooperativas locais. Os dirigentes cooperativos defenderam a centralização organizacional, reduzindo as cooperativas a espaços de consumo e posterior liquidação, por não poderem competir com as estratégias capitalistas das cadeias de supermercados.⁴⁹

Algumas reflexões

As organizações cooperativas representam uma longa história de ideologias, utopias e práticas, em que a consciência de lutar pela sociedade ideal foi tão importante como deverá ser no futuro. A orientação futura exige visões alargadas em relação à identidade do movimento cooperativo, à democracia participativa e à economia efectiva. Boaventura Sousa Santos diz-nos que é necessária uma globalização alternativa, uma globalização da solidariedade e da reciprocidade, da cidadania pós-nacional, do desenvolvimento económico sustentável e democrático, do comércio justo como

⁴⁵ Touraine, Alain. “Os Movimentos Sociais: Objecto Particular ou Problema Central da Análise Sociológica”. Em *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa: Piaget, 1996, p. 25.

⁴⁶ Wieviorka, Michel. *A Diferença*, Lisboa: Fenda, 2002, pp. 49-50.

⁴⁷ Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁸ Book, Sven Ake. *Valores Cooperativos, um Mundo de Mudança*. Lisboa: Instituto António Sérgio 1993, p. 216.

⁴⁹ Em 2005 a CCP foi integrada na Puricoop como estratégia de sobrevivência económica e em 2010 encerrou as suas portas, deixando um espólio bibliográfico e documental incomensurável.

condição do comércio livre, do respeito pela igualdade através da redistribuição, e do respeito pela diferença através do reconhecimento⁵⁰. O cooperativismo pode contribuir para este projecto social, alterando as premissas que fizeram do homem um “animal económico” através de uma lógica mercantilista e de uma racionalidade económica que parece determinada a destruir a concepção do ser humano. Como nos diz Marcel Mauss, foi necessária a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que fossem postas em vigor e elevadas à categoria de princípios as noções de lucro e de indivíduo”⁵¹. Estas tendências generalizam-se nos grupos sociais, destruindo o sentido comunitário, enfraquecendo os laços de solidariedade, contrariando a dinâmica fundadora da sociedade e incentivando uma concepção de troca no âmbito de uma lógica utilitarista, fundamentada no capital e no lucro. A reciprocidade como dimensão política simboliza não apenas o compromisso dos indivíduos, mas a possibilidade de fugir ao holismo e ao individualismo, restabelecendo a confiança nas relações sociais. Como propõe Pierre Bourdieu, o jogo de troca significa como todos os jogos o cumprimento de regras e de valores morais que honrem a humanidade dos outros parceiros, incentivando a criação de laços sociais e cumplicidades, como lógica construtora da dinâmica social⁵².

Numa sociedade ultraliberal em que o capital se reproduz a si próprio, a cooperação pode contribuir para uma sociedade mais justa, mas o seu futuro depende da integração de jovens nas organizações e do debate ideológico. Paralelamente emergem “novos movimentos sociais”, reinventando novas formas de protesto e de resistências, edificados sobre “velhos” conflitos sociais, que continuam a opor na sua génese capital e trabalho, porque a divisibilidade das sociedades produz sempre um discurso de alternativa estratégica. Para os sócios da CCP permanece na memória o conflito entre anarco-sindicalistas e comunistas na construção de um ideal cooperativo, alicerçado na luta do movimento operário protagonizada pela classe dos corticeiros e dos arsenalistas.

Referências

Abreu, Carlos & Branco, Francisco. *O Associativismo: Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 1987.

⁵⁰ Sousa Santos, Boaventura (Org.) *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não Capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

⁵¹ Mauss, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, p. 189.

⁵² Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 126.

Bonifácio, M. Fátima. "Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)". *Análise Social*. Vol.1. XVII (65), 1981, p. 29-65.

Book, Sven Ake. *Valores Cooperativos, um Mundo de Mudança*. Lisboa: Instituto António Sérgio, 1993.

Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Correia, Sérvulo. *Cooperação, Cooperativismo e Doutrina Cooperativa*. Separata de Estudos Sociais e Corporativos, (Julho/Setembro), 1965.

Fairbairn, Brett. *The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the Co-operative Principles*. Centre for the Study of Co-operatives: University of Saskatchewan, 1994.

Fentress, James & Wickham, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994.

Flores, Alexandre & Policarpo António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro, 1998.

Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

Fox, Richard & Starn, Orin. "Introduction". In: *Between Resistance and Revolution - Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press, 1997, p. 1-16.

Godinho, Paula. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Lefranc, George. "O Acordar do Proletariado". In: *História do Trabalho e dos Trabalhadores*. Odivelas: Europress, 1988, p. 235-272.

Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

Lenine. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Distribuição Dinalivro, s/d.

Luzia, Ângela. "Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira". In: *Encontro Internacional sobre Indústria Corticeira, Seixal*. Almada: Museu da Cidade, 2000.

Marx & Engels. *Collected Works*, Vol. 20.

Mauss, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

Oliveira, César. *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa, 1975.

Patriarca, Fátima. *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.

Ramos, António Alberto. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

Rodrigues, Jorge de Sousa. "Infraestruturas e Urbanização da Margem Sul: Almada, séculos XIX e XX". *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, p. 547-581.

Roussell, Concepción y Albóniga, Norberto. *Historia de las cooperativas de consumo vascas*. Federación de Cooperativas de Consumo de Euskadi. 1994.

Simões, Maria Dulce Dias Antunes. "Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense", repositório do ISCTE/IUL, 2005, online: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1259>

Sousa Santos, Boaventura (Org.) *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Touraine, Alain. "Os Movimentos Sociais: Objecto Particular ou Problema Central da Análise Sociológica". In: *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa: Piaget, 1996, p. 97-112.

Wieviorka, Michel. *A Diferença*. Lisboa: Fenda, 2002.